

CAPÍTULO I - CONCEITOS BÁSICOS EM ECONOMIA

1.1- O PROBLEMA ECONÔMICO

A sociedade atual se caracteriza pela existência de um grande número de instituições sociais, que influenciam o comportamento individual e coletivo dessa sociedade. A estruturação da sociedade moderna resulta do alto grau de interdependência entre os indivíduos e do fato de que o bem-estar de cada indivíduo depende da ação dos demais. Assim, esta sociedade está em evidente contraste com aquela das sociedades primitivas, nas quais cada família ou pequenos grupos eram auto-suficientes. Estas instituições sociais se constituem em “modelos” dentro dos quais a conduta de cada indivíduo é moldada.

Existem vários **tipos de instituições sociais**, entre as quais se destacam: a) as instituições **religiosas**, que procuram satisfazer as necessidades espirituais dos indivíduos; b) as instituições **políticas**, que tratam dos aspectos referentes ao Estado e formam um sistema de regras à condução dos negócios públicos; c) as instituições **econômicas** ou sistema econômico, que formam o conjunto de organizações através de cujo funcionamento os recursos escassos são utilizados para satisfazer as necessidades humanas.

A **economia**, uma ciência social que analisa o funcionamento do sistema econômico, pode ser definida como o **estudo da alocação (utilização) dos recursos escassos na produção de bens e serviços para satisfação das necessidades ou desejos humanos**. Em qualquer sociedade, o problema básico é alocar os recursos fixos e variáveis para satisfazer os desejos individuais e coletivos. Onde estes recursos são abundantes, o problema de alocação é trivial; onde os recursos são escassos, a alocação assume a importância preponderante. Portanto, a economia trata do bem estar do homem. Desse modo, pode-se também conceituar **economia como a ciência da escassez**. Os **elementos-chaves da atividade econômica** são: a) **os recursos produtivos (R)**; b) **as técnicas de produção** (que transformam os recursos em *Bens e Serviços (BS)*) e c) **as necessidades humanas (NH)**. Esquemáticamente tem-se:

$$R \rightarrow BS \rightarrow NH$$

O problema econômico se centra no fato de que os recursos disponíveis ao homem para produzir bens e serviços são limitados (ou seja, escassos), mas a sua necessidade ou desejo destes bens e serviços é variado e insaciável. Para certos bens, ar, por exemplo (na ausência de poluição), cuja quantidade existente é maior que as necessidades, não há uma organização econômica para o seu uso, uma vez que todos os desejos são satisfeitos sem esforço. Contudo, no mundo real, a maioria dos recursos são escassos relativamente à sua demanda, ou seja, eles não existem em quantidades suficientes para atender a todas as necessidades humanas. Em conseqüência, tem-se a dupla situação: a) nenhuma sociedade pode produzir todos os bens econômicos para todos os seus membros, e b) nenhum indivíduo pode gastar mais do que a sua renda disponível.

Os **recursos econômicos** (também chamados de fatores de produção ou “inputs”), que constituem a base de qualquer economia, são os meios utilizados pela sociedade para a produção de bens e serviços que irão satisfazer as necessidades humanas. As **características** dos recursos econômicos são: a) **limitados** em quantidades (ou seja, **escassos**), b) **versáteis**, isto é, podem ser aproveitados em diversos usos, c) podem ser **combinados em proporções variáveis** para obter o maior nível de bem-estar de uma sociedade. Quanto à **classificação**, os recursos podem ser agrupados em: **recursos naturais, recursos humanos e capital**.

a) **Recursos Naturais**, que consistem em todos os bens econômicos usados na produção e que são extraídos diretamente da natureza, como: os solos (agrícolas e não-agrícolas), os minerais, as águas: dos rios, dos lagos, dos mares, dos oceanos e do subsolo, a fauna, a flora, o sol e o vento (como fontes de energia), entre outros. Por exemplo, o **Brasil** utiliza aproximadamente 50 milhões de hectares com lavouras, dos quais em torno de 36 milhões de hectares são destinados à produção de grãos (cuja safra gira ao redor de 80 milhões de toneladas). Além desta área, o país usa, ainda, um pouco mais de 100

milhões de hectares com pastagens naturais e cerca de 60 milhões de hectares com pastagens artificiais. Cabe ressaltar que a área disponível para expansão é ainda muito grande, uma vez que o país utiliza com lavouras menos de um quinto da área total dos estabelecimentos rurais.

Estudos mostram que há, no **Brasil**, mais de 500 milhões de hectares de terras propícias para culturas e pastagens, sendo que as maiores parcelas se encontram no Centro-Oeste (quase um terço), Nordeste (mais de um quarto) e Norte (um quarto), e, em menor proporção, as regiões Sudeste (um sétimo) e Sul (um décimo)¹. Ainda com relação à terra, um grave problema que existe no Brasil é a forte **concentração fundiária**, onde apenas um por cento dos estabelecimentos rurais ocupam metade da área total. Esta distribuição desigual da terra tem efeito adverso sobre a sua utilização, ou seja, ela explica, em parte, a ainda pequena área cultivada (há mais de uma década, a área total cultivada vem se mantendo ao redor dos 50 milhões de hectares), enquanto, os Estados Unidos, com área aproximadamente igual à do Brasil, cultivam em torno de 120 milhões de ha.

- b) **Recursos Humanos**, incluindo toda a atividade humana (esforço físico e/ou mental) usado na produção de bens e serviços, como: os serviços técnicos do agrônomo, do veterinário, do médico ou a mão-de-obra do bóia-fria no cultivo e na colheita. Em 1985, a agricultura brasileira ocupava 23 milhões de pessoas, o que correspondia a 2,2 hectares de lavoura por trabalhador rural e a quase 10 hectares incluindo também as áreas com pastagens. Estima-se que em 1997 estavam ocupadas em torno de 19 milhões de pessoas nas atividades da agropecuária nacional.
- c) **Capital**, que consiste em todos os bens materiais produzidos pelo homem e que são usados na produção. O fator capital abrange o conjunto de riquezas acumuladas por uma sociedade e é com essas riquezas que um país desenvolve suas atividades de produção. No caso da agricultura, o fator capital é fundamental para o aumento da produtividade (ou seja, da produção por unidade de fator, como por exemplo, produção por hectare). Cabe ressaltar que para se ter capital é fundamental a participação ser humano, ou seja, não há o fator capital sem o fator trabalho. Entre os principais grupos de riquezas acumuladas por uma sociedade estão os seguintes:
- **Infra-estrutura econômica: transportes** (rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, e aeroportos); **telecomunicações** (equipamentos e satélites) e **energia** (hidrelétricas e termelétricas, linhas de transmissão e sistemas de distribuição).
 - **Infra-estrutura social**: sistemas de água e saneamento; sistemas de suprimento: educação, cultura, segurança, saúde, lazer e esportes.
 - **Construções e edificações** de um modo geral, sejam públicas ou privadas. No caso da agricultura tem-se as **instalações**: pocilga, aviário, cercas, galpões, silos, armazéns, açudes e currais.
 - **Equipamentos de transporte**: caminhões, ônibus, utilitários, locomotivas, vagões, embarcações, aeronaves.
 - **Máquinas e equipamentos**: utilizados nas atividades de extração, transformação, prestação de serviços, na indústria de construção e nas atividades **agrícolas**: tratores, arados, colheitadeiras, carregadeiras de cana, batedeiras de cereais, debulhadores de milho, misturadores de ração, cultivadores, sulcadores, enxadas rotativas, sub-soladores, niveladoras, plantadeiras, adubadeiras, semeadeiras, pulverizadores, carretas, distribuidores, aplicadores e ordenhadeiras, entre outros.
 - **Matérias-primas** ou **insumos agrícolas**: sementes, fertilizantes, inseticidas, acaricidas, herbicidas, fungicidas, bactericidas, espalhante adesivo, vacinas, rações, combustíveis.

¹ Portanto, as áreas atuais com lavouras e pastagens correspondem a menos da metade dos cerca de 500 milhões de hectares da área potencial para a agropecuária e esta representa menos de 60 por cento dos 850 milhões de hectares (8.500.000 km²).

É importante clarear dois aspectos. Primeiro, dinheiro não é um bem de capital, uma vez que ele nada produz. Dinheiro é apenas um meio (padrão) para medir o valor dos fatores de produção e dos bens e serviços, e assim facilitar as trocas. Com dinheiro, o produtor rural tem o potencial para adquirir o fator capital. Segundo, o termo “**insumos**” se refere aos bens de capital que, ao entrarem no processo de produção, se transformam, ou seja, não são observados no produto final na sua forma original (exemplos: a ração se transforma em carne; o fertilizante se transforma em grãos). Estima-se que, em 1997, a agricultura brasileira tenha utilizado em torno de: 900 mil tratores, 2,8 milhões de arados, 80 mil colheitadeiras e consumiu ao redor de 5 milhões de toneladas de nutrientes (NPK), ou a quantidade bruta de 13,7 milhões de toneladas de fertilizantes (tabela 1.1).

Tabela 1.1 - Utilização de Alguns Importantes Fatores de Produção na Agricultura Brasileira no Período 1960/2000.

ANOS	ÁREA DE LAVOURAS (mil ha)	PESSOAL OCUPADO (mil)	TRATORES (mil)	ARADOS (mil)	CONSUMO DE NUTRIENTES (mil t)*	PRODUÇÃO DE RAÇÃO (mil t)
1960	28.396	15.454	61	977	304	1.000
1970	33.983	17.627	165	1.879	998	3.000
1975	40.001	20.345	323	2.094	1.977	6.883
1980	49.104	21.163	545	2.236	4.200	15.494
1985	52.380	23.273	652	2.370	3.112	11.237
1990	49.900	21.000	820	2.500	3.500	14.000
1997	49.910	19.000	900	2.800	5.000	24.800
2000	51.000	18.500	930	2.900	6.400	34.774

FONTE: ANDA, SINDIRAÇÕES E FIBGE

(*) total de nutrientes NPK. Em média, os nitrogenados representam (23%), os fosfatados (46%) e os potássicos (31%). A quantidade bruta de fertilizante equivale a aproximadamente 2,5 vezes a quantidade de nutriente.

Tabela 1.1 - Utilização de Alguns Importantes Fatores de Produção na Agricultura Brasileira, no Período 1960/97.

ANOS	ÁREA DE LAVOURAS (mil ha)	PESSOAL OCUPADO (mil)	TRATORES (mil)	ARADOS (mil)	CONSUMO DE NUTRIENTES (mil t)*	PRODUÇÃO DE RAÇÃO (mil t)
1960	28.396	15.454	61	977	304	1.000
1970	33.983	17.627	165	1.879	998	3.000
1975	40.001	20.345	323	2.094	1.977	6.883
1980	49.104	21.163	545	2.236	4.200	15.494
1985	52.380	23.273	652	2.370	3.112	11.237
1990	49.900	21.000	820	2.500	3.500	14.000
1997	49.910	19.000	900	2.800	5.000	24.800

FONTE: ANDA, SINDIRAÇÕES E FIBGE

(*) total de nutrientes NPK. Em média, os nitrogenados representam (23%), os fosfatados (46%) e os potássicos (31%). A quantidade bruta de fertilizante equivale a aproximadamente 2,5 vezes a quantidade de nutriente.

O segundo elemento-chave da atividade econômica são as **técnicas de produção**, que consistem no “know-how” (conhecimentos técnicos, culturais e administrativos, capacidade empresarial e capacidade tecnológica) e dos meios físicos para transformar os recursos em bens e serviços que irão satisfazer as necessidades humanas. As técnicas de produção juntamente com as quantidades e qualidades dos recursos disponíveis limitam o nível de bem-estar de uma sociedade. A **produção** pode ser definida como o processo pelo qual um conjunto de fatores pode ser transformado em um produto. A **tecnologia** é um termo utilizado para englobar uma ampla variedade de mudanças nas técnicas e nos métodos de produção. Novas variedades de cultivo tais como o milho híbrido, novas e aprimoradas raças de animais, melhores equipamentos e máquinas, defensivos e fertilizantes são os exemplos mais óbvios. A tecnologia também se refere a métodos aperfeiçoados de combinar os fatores de produção. Um aperfeiçoamento das técnicas administrativas é uma parte integrante da revolução tecnológica. Falta de decisões administrativas apropriadas faz com que as mesmas máquinas, variedades e matérias primas sejam combinadas de modo errado, resultando em não aumento da produção.

Numa perspectiva histórica, pode-se dizer que a tecnologia ligada à agricultura ocorreu em três períodos distintos: o primeiro, o da tecnologia **mecânica** (que nos EUA ocorreu entre 1920 e 1950, enquanto no Brasil a partir dos anos 50), o segundo, o da **química** (em especial no período de 1950 a 1990), e o terceiro, o da **biotecnologia**² (cujo desenvolvimento vem ocorrendo desde os anos de 1980). Em termos de substituição parcial ou total dos recursos tradicionais, pode-se dizer que a tecnologia mecânica visa substituir o trabalho e a força animal por trator; a tecnologia química objetiva a substituição parcial do trabalho (com o uso de herbicidas, por exemplo) e da terra (via a utilização de fertilizantes) por capital. Cabe ressaltar que a biotecnologia trará, em futuro breve, significativas mudanças tanto no processo produtivo da agricultura como no **agribusiness**³ como um todo, uma vez, por causa da proteção de patente da “propriedade industrial”, ela vai gerar produtos com marcas (“brands”), isto é, com características que os diferem dos demais produtos.

A inovação tecnológica é um importante fator de aumento de oferta agrícola, notadamente no longo prazo. No mundo moderno, a inovação é a chave para o sucesso, e a tecnologia está lentamente fazendo o mundo parecer menor. Uma melhoria na tecnologia é definida como um conjunto de condições que capacitam as firmas a: **a)** gerarem maior produção com a mesma quantidade anterior de insumos, e/ou, **b)** obterem o mesmo nível de produção anterior com uma menor quantidade de insumos. Uma tecnologia só será economicamente viável se ela provocar um aumento da produção proporcionalmente maior do que a elevação do custo total, de tal modo que resulte numa redução do custo médio de produção. Em outras palavras, **uma boa tecnologia é aquela que resulta em processos de produção com custos médios (isto é, unitários) menores.** O efeito da tecnologia sobre a produção será tratado no Capítulo IV.

Os recursos econômicos (naturais, humanos e capital) e as técnicas de produção estão presentes em todas as atividades de produção, embora variem em intensidade, ou seja, a proporção com que cada um desses fatores e dessas técnicas contribui na produção varia de setor para setor. Isso significa dizer que há atividades intensivas do fator terra; outras, são trabalho-intensivas; ainda outras são capital-intensivas; e há as que utilizam intensivamente tecnologia. Assim, de acordo com a intensidade de uso dos recursos, classificam-se as atividades de produção (ou setores da economia). Desse modo, tem-se: a) as **atividades primárias: agricultura** (lavouras permanentes, temporárias, horticultura, floricultura); **pecuária** (criação e abate de gado, suínos e aves, pesca e caça) e **extração vegetal** (produção florestal: silvicultura e reforestamento); b) as **atividades secundárias de produção: indústria extrativa mineral** (minerais metálicos e não metálicos); **indústria de transformação** (produtos alimentares, minerais não-metálicos, metalurgia, mobiliário, química, fiação e tecelagem, vestuário, calçados, material elétrico, de telecomunicações e de transporte, produtos de matérias plásticas, bebidas, fumo); **indústria da construção** (obras públicas, construções privadas); c) as **atividades terciárias de produção: comércio** (atacadista e varejista); **transportes** (rodoviários, ferroviários, hidroviários e aviários); **comunicações** (telecomunicações, correios e telégrafos, radiodifusão e TV); **intermediação financeira** (bancos, seguradoras, distribuidoras e corretoras de valores e bolsas de valores); imobiliárias (comércio imobiliário, administração e locação); **hospedagem e alimentação** (hotéis, restaurantes, bares e lanchonetes); **reparação e manutenção** (máquinas, veículos e equipamentos); **serviços pessoais** (cabeleireiros, barbeiros); **outros serviços** (assistência à saúde, educação, cultura, lazer, culto religioso) e **governo** (federal, estaduais e municipais). De um modo geral, o setor **primário** usa mais intensivamente o fator-terra; o setor **secundário** ou setor industrial, o fator-capital; e o setor **terciário**, o fator-trabalho.

O terceiro elemento-chave da atividade econômica são as **necessidades humanas**, que se constituem na razão de ser (ou seja, na força motivadora) da atividade econômica. Entre as principais necessidades humanas se destacam: alimentação (que é a mais vital de todas e é o centro das preocupações da economia agrícola), vestuário, habitação, saúde, transporte, educação, segurança social, previdência social, comunicação, cultura, esporte e lazer, entre outras. As quatro primeiras (alimentação,

² A biotecnologia, que inclui a engenharia genética (pela qual o material útil de um DNA é identificado em um organismo e transferido para dentro da carga genética de um outro organismo) e a cultura de tecidos de plantas e animais, está gerando grandes discussões e conflitos entre os países. Além da questão econômica (que é de dominação pelo uso da patente do processo), há, ainda, aspectos controversos, sob a alegação de que a liberação de plantas e organismos geneticamente alterados poderia perturbar o ecossistema natural. Uma dessas controvérsias ocorreu em 1997, com o surgimento da ovelha “Dolly”, resultado do primeiro clone de um mamífero, obtido a partir do material genético extraído de uma célula mamária da ovelha clonada e implantado numa célula embrionária da qual foi retirado o núcleo original.

³ Por “agribusiness” entende-se a soma total das operações de: produção e distribuição de suprimentos agrícolas, produção das unidades agrícolas (ou dentro da propriedade rural), armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agropecuários. Portanto, o “agribusiness” engloba os serviços financeiros, de transporte, de classificação, de marketing, de seguros, bolsas de mercadorias. Essas operações são elos da chamada “cadeia produtiva”. O presente livro centra-se em apenas alguns aspectos do “agribusiness”.

vestuário, habitação e saúde) compõem o grupo de necessidades **primárias**, enquanto as demais são chamadas de necessidades **secundárias**. Estas necessidades variam no tempo e no espaço, uma vez que estão sujeitas às influências da tradição cultural (costumes) e às inovações tecnológicas (tanto no produto em si, quando na propaganda (“marketing”). A propriedade ou capacidade que os bens de consumo tem de satisfazer as necessidades humanas é conhecida como **utilidade**.

Finalmente, cabe uma observação sobre os **produtos**, que são os meios de satisfação das necessidades humanas. Os produtos podem ser classificados segundo a natureza e a destinação. Segundo a **natureza**, os produtos gerados no processo produtivo classificam-se em bens(B) e serviços(S), daí a sigla: BS utilizada anteriormente. Por **bens** entende-se os produtos tangíveis provenientes das atividades agropecuárias (leite, arroz, feijão, milho, porco, frango, ovos, frutas, etc) e da indústria de transformação e de construção. Por **serviços** compreende-se os produtos intangíveis, resultantes de atividades terciárias de produção. Segundo a **destinação**, os produtos podem ser classificados em: **bens e serviços de consumo** (duráveis ou de uso imediato); **bens e serviços intermediários** (que são matérias-primas ou insumos e que reingressam no processo produtivo para serem transformados, via de regra, em bens e serviços de consumo); e **bens e serviços de produção** (que são os bens de capital, que vão entrar no processo de produção de outros bens e serviços).

A Figura 1.1, além de mostrar a interligação entre os elementos-chaves da atividade econômica, serve também para facilitar a compreensão dos capítulos seguintes deste livro. De um lado, com base nas necessidades, nos desejos e na renda dos consumidores, deriva-se a curva de demanda (D) para os produtos agrícolas. De outro lado, os produtores, para atenderem os consumidores, combinam os recursos escassos para a produção de bens e serviços, que serão ofertados no mercado (S).

Em resumo, o **problema fundamental de qualquer economia** se centra na seguinte questão: dadas as necessidades humanas, que são variadas e insaciáveis, e dados os recursos, que são limitados e versáteis, como combiná-los de modo a levar ao máximo a satisfação das necessidades da sociedade. Em outras palavras, o problema surge por causa de duas realidades antagônicas: de um lado, a **escassez de recursos**, e de outro lado, as **ilimitadas aspirações da sociedade**. O **objetivo da atividade econômica** é atingir m nível de satisfação de necessidade (nível de vida tão elevado quanto a economia possa proporcionar). Para tanto, devem-se empregar as melhores técnicas de produção, utilizar plenamente os recursos econômicos, distribuindo-os adequadamente na produção dos bens mais necessários para a população.

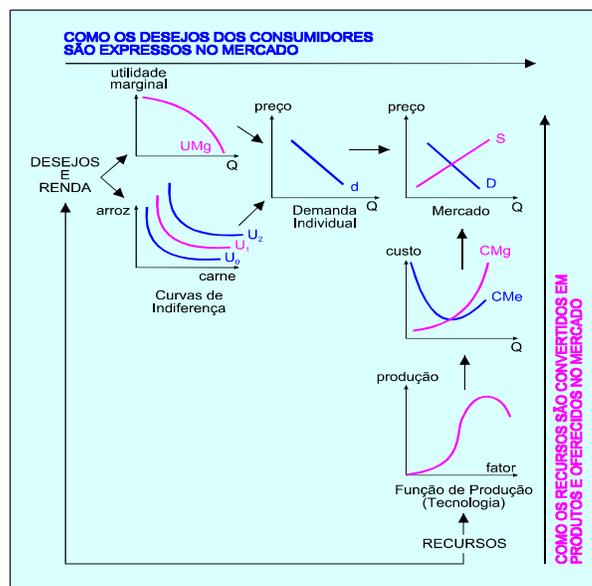


Figura 1.1 - Como a Economia Interliga a Produção e o Consumo

1.2 - O SISTEMA ECONÔMICO

O termo “sistema econômico” engloba todos os métodos pelos quais os recursos são alocados e os bens e serviços são distribuídos. O sistema econômico é formado por um conjunto de organizações, cujo funcionamento faz com que os recursos escassos sejam utilizados satisfazer as necessidades humanas. Assim, sistemas econômicos podem ser decompostos em três grandes grupos de elementos básicos:

- 1 - estoques de recursos produtivos
- 2 - complexo de unidades de produção (empresas)
- 3 - conjunto de instituições

O **estoque de recursos produtivos**, que constitui a própria base da atividade econômica, inclui os recursos humanos (população economicamente ativa, capacidade empresarial e tecnológica) e patrimoniais (reservas naturais e capital).

Estes recursos só alcançam sua plena significação econômica quando mobilizados pelas **unidades de produção** (ou seja, as **empresas**) que integram o aparelho produtivo da sociedade, dando origem aos fluxos da produção e da renda, ao executarem as tarefas relacionadas à solução dos problemas econômicos: o quê, quanto, como e para quem produzir. As empresas são o “locus”, ou seja, o local onde os fatores de produção se transformam em bens e serviços. Assim, empresas e unidades de produção são aqui consideradas como sinônimos. Estima-se que o número de empresas, segundo as atividades de produção, no Brasil, seja o seguinte:

- Setor **primário**: aproximadamente 5 milhões de propriedades;

- Setor **secundário**: 220 mil

- Setor **terciário**: 1 milhão.

Das 1,22 milhão de empresas dos setores secundário e primário, aproximadamente 1 milhão é de microempresas (ou seja, empresas que empregam menos de 20 pessoas). Por outro lado, entre as 500 maiores empresas privadas do Brasil, duzentas (40 %) delas têm faturamento (valor da produção ou receita bruta) inferior a 250 milhões de reais e aproximadamente 50 (10 %) empresas obtêm faturamento superior a um bilhão de reais. Das empresas ligadas ao “agribusiness” brasileiro, cujo número é de 2.484 empresas, segundo a publicação Balanço Anual 97 da Gazeta Mercantil, 224 delas tiveram receita acima de R\$ 100 milhões em 1996, ou seja, de cada dez aproximadamente uma tem esse faturamento (Tabela 1.2). O setor de alimentos que tem o maior número de grandes empresas, principalmente por causa da existência de alguns conglomerados alimentícios (como: Nestlé, Ceval, Santista, Sadia, Cargill, Parmalat, Perdigão, Milho Brasil e Quaker, entre outros) e de dezesseis empresas ligadas ao subsetor de óleos vegetais. Das 500 maiores empresas privadas no Brasil, 89 estão diretamente ligadas ao “agribusiness” (alimentos, bebidas e fumo, papel e celulose e têxteis), mas apenas 15 faturam acima de um bilhão de reais por ano.

O terceiro grupo de elementos básico componentes de um sistema econômico é constituído por um **conjunto de instituições jurídicas, políticas, sociais e econômicas**, que dão forma às atividades desenvolvidas pela sociedade. Por exemplo, os elementos jurídicos disciplinam as atividades individuais e coletivas, determinando as esferas de ação, os deveres e as obrigações dos proprietários dos recursos produtivos e das empresas que utilizarão estes recursos.

Cabe ressaltar que esses elementos básicos de um sistema econômico são fundamentais tanto para o “**crecimento econômico**” como para o “**desenvolvimento econômico**”⁴ de um país, uma vez que

⁴ O “**crecimento**” tem sido definido como um processo pelo qual a renda ou o produto interno bruto (PIB) por habitante aumenta durante um determinado período, através de ganhos contínuos na produtividade dos fatores produtivos. Isto não significa necessariamente uma melhoria no bem-estar geral de uma sociedade, uma vez que ele nada revela sobre a distribuição da renda dentro da sociedade. Por outro lado, o conceito

ambos dependem da quantidade e qualidade dos recursos humanos e patrimoniais, da forma como operam as unidades de produção e de um conjunto de instituições que facilitem e não emperrem os procedimentos econômicos do sistema.

Tabela 1.2 – Número de empresas do “agribusiness” no Brasil e com faturamento (receita) acima de R\$ 100 milhões, em 1996.

SUB-SETOR	NÚMERO DE EMPRESAS COM FATURAMENTO ACIMA DE R\$ 100 MILHÕES EM 1996	NÚMERO TOTAL DE EMPRESAS NO SUB-SETOR
AGRICULTURA (*)	25	283
ALIMENTOS	45	294
CANA/ACÚCAR/ÁLCOOL	22	212
CARNE/PECUÁRIA	24	513
BEBIDAS E FUMO	28	125
TÊXTIL E COURO	29	486
MADEIRA/MÓVEIS/PAPEL	24	379
FATORES DE PRODUÇÃO	27	192
TOTAL GERAL	224	2.484

(*) Inclui as cooperativas agropecuárias (centrais e singulares)

Fonte: GAZETA MERCANTIL. Balanço Anual 97, São Paulo, Outubro, 1997.

A prosperidade nacional não é herdade, mas criada pela força das empresas em inovar e se aperfeiçoar. Muito mais do que a disponibilidade abundante de recursos naturais ou humanos, a **competitividade⁵ de uma nação depende da capacidade de sua indústria na inovação e no aperfeiçoamento**. É a pressão e os desafios dos concorrentes, os fornecedores agressivos e os clientes exigentes que formam a base para a competição global, em que redução nos custos de produção, economia de escala, taxa de câmbio, fusão, aliança, parcerias estratégicas, colaboração e globalização supranacional se constituem na palavra de ordem nas empresas.

1.2.1– Principais Tipos de Sistemas Econômicos

Os tipos de sistemas econômicos nas suas formas puras não existem, mas mesmo assim vale a pena estudar as características de cada um, com o fim de facilitar a comparação e análise dos sistemas econômicos existentes. De país para país, os sistemas diferem notadamente com base em considerações sociais e políticas. Em alguns países, o sistema é capitalista, em outros é o socialista, e em ainda outros há um misto de socialismo e capitalismo (socialismo liberal, social capitalismo, ou economia social de mercado). Cada sistema, na realidade, diz respeito a um ordenamento institucional, que, por sua vez, trata das formas de organização da vida econômica de uma sociedade.

Capitalismo. O sistema econômico capitalista tem um sistema próprio de se regular, com um governo que pouco se envolve em decisões econômicas. O capitalismo depende das forças de mercado para determinar os preços, alocar os recursos e para distribuir a renda e a produção. Isto significa dizer que o capitalismo segue rigorosamente a **economia ortodoxa de mercado**, ou seja, quem “comanda” a economia são as forças de demanda (que reflete o interesse dos consumidores) e de oferta (que deve expressar o desejo dos produtores).

Os fatores de produção são de propriedade privada e cada proprietário dos recursos faz as decisões de produção motivadas pelo desejo de realizar um lucro. Tanto a produção como o consumo dependem fundamentalmente da liberdade de escolha dos indivíduos da sociedade. Os lucros obtidos ou os prejuízos incorridos são um resultado direto das decisões certas ou erradas de negócios. De um lado, o consumidor procura maximizar satisfação, dado o seu nível de renda; enquanto de outro lado, o produtor

de “desenvolvimento econômico” vincula-se mais com a distribuição do produto e com o grau de utilização da capacidade produtiva de um país. Em geral, são objetivos do desenvolvimento econômico: a) o crescimento do produto interno per capita; b) a geração de emprego; e c) a maior igualdade na distribuição de renda.

⁵ Por competitividade depende fundamentalmente de três aspectos: a) da **produtividade** dos fatores de produção (isto é, maior produção por unidade de recurso), a qual resulta em, b) **redução dos custos médios** de produção, e c) **qualidade** dos produtos.

procura maximizar seu lucro⁶, dado os seus recursos (ou fatores de produção).

No capitalismo, os preços de livre mercado são os únicos guias para as decisões dos indivíduos e das firmas, ao realizarem a produção, a troca e o consumo. A competição é acentuada em todos os tipos de atividades econômicas.

Em suma, as principais **características do capitalismo** são:

- a) A **propriedade privada** dos fatores de produção (terras, máquinas, equipamentos, entre outros), dos bens de consumo (casas, carros, arroz, milho, entre outros) e do dinheiro (para que as empresas adquiram os recursos e os consumidores comprem os produtos).
- b) O controle do funcionamento da economia é realizado pelo **sistema de preços**. O sistema de preço determina: **a)** a seleção dos bens a serem produzidos e suas respectivas quantidades; **b)** a combinação e a distribuição dos fatores de produção dos vários bens e serviços; **c)** a seleção de técnicas de produção e os métodos de organização das unidades produtoras, e **d)** a distribuição dos bens entre os vários membros da sociedade. Esta função dos preços será melhor detalhada mais adiante neste capítulo.
- c) O incentivo para produzir é o desejo das empresas em obter **lucro**, que é a diferença entre a receita e o custo total para produzir. O lucro, no sistema capitalista, é o grande incentivo para a ação dos agentes econômicos.
- d) A importância da **competição** entre as empresas e entre os proprietários dos recursos, apesar da crescente presença de oligopólios e monopólios nos mercados. Cabe ressaltar que o capitalismo adotado no Brasil, em especial a partir dos anos 1930 até início da década de 90, ignorou essa fundamental característica do capitalismo, ao manter a economia brasileira fechada ao mundo, seja através da proibição de importação de alguns produtos, seja através de impostos de importação muito elevados. Assim, a competição entre as empresas era muito pequena, possibilitando que elas formassem conluios ou cartéis⁷, aumentassem os preços dos produtos e serviços de maneira absurda, explorando, assim, os consumidores que nada podiam fazer. Era essa economia sem competição que criava as condições para a inflação, que não era de demanda, mas de oferta. Por isso, era chamado de capitalismo "selvagem". Felizmente, a partir do meado dos anos 90, deu-se início à uma maior abertura econômica, a qual tem sido a principal sustentação do Plano Real, que é um plano de sucesso no combate à inflação.
- e) **Papel limitado do governo**, apesar da ainda elevada participação do setor público nas atividades econômicas nos dias atuais. No caso brasileiro, desde a criação do Programa Nacional de Desestatização (leia-se privatização), em 1990, já foram transferidas ao setor privado, até o final de 1997, mais de cinquenta empresas e participações acionárias estatais federais, a maioria delas nos setores siderúrgico, químico e petroquímico, de fertilizantes e elétrico, além da concessão dos cinco trechos da Rede Ferroviária Federal (as Malhas Oeste, Centro-Leste, Sudeste, Teresa Cristina e Sul). Com o processo de privatização pretende-se limitar o papel do governo como estado-empresário.

A economia dos Estados Unidos é um dos melhores exemplos de economia de mercado (capitalismo). Afinal, a participação do produto agregado gerado por empresas privadas é de 98 %, ou seja, as empresas estatais contribuem com apenas 2 % do PIB norte-americano. Em países europeus como: França, Áustria, Itália, Alemanha e Reino Unido, o percentual das empresas privadas varia entre 80 % e 90 % do PIB de seus países, o que significa dizer que as empresas estatais têm um papel relativamente maior do que nos Estados Unidos.

Apesar das severas críticas dirigidas ao funcionamento do sistema capitalista ou da empresa privada, este tipo de sistema econômico, com seus defeitos e virtudes, ainda tem se mostrado como a melhor alternativa para se organizar a atividade econômica. Os críticos citam como os maiores **defeitos do capitalismo**: o antagonismo entre o capital e o trabalho resultando na exploração da mão-de-obra pelo capital; a presença de elementos monopolísticos com distorção do correto funcionamento do sistema de

⁶ A teoria econômica reconhece que nem todas as empresas tentam maximizar lucro sempre, uma vez que há também outros objetivos, entre os quais se destacam a participação no mercado (o chamado "market share") e o nível de produção, mas é certamente um dos seus objetivos. Afinal, uma empresa não pode existir no longo prazo, se não tiver um razoável retorno para os seus fatores de produção.

⁷ São formas de união de interesses entre diversas empresas do mesmo ramo com o intuito de subir os preços ou impedir sua baixa pela supressão da concorrência. Essas empresas continuam, contudo, independentes.

preço, e a não solução da justiça social (a diferença interclasses sociais são acentuadas). A principal **virtude** da economia de mercado é a eficiência na alocação dos recursos com o conseqüente aumento de produção e da melhoria do bem-estar (nível de vida) da sociedade. A maior eficiência é resultado da competição, que, via de regra, existe, e do estímulo ao lucro.

Cabe destacar que o **ambiente nacional determinante para que suas empresas aprendam a competir** é constituído essencialmente por quatro atributos: a) **fatores de produção**; b) **condições de demanda** (a natureza da demanda do mercado interno pelo produto ou serviço); c) **fornecedores** (a presença ou a ausência na nação de indústrias fornecedoras e outras correlacionadas que sejam competitivas em termos internacionais); e d) **ambiente empresarial** (condições nacionais que determinam como são criadas, organizadas e administradas as empresas, assim como a natureza da rivalidade interna. Uma vez conseguida, a **vantagem competitiva tem de ser sempre aperfeiçoada porque toda a vantagem pode ser imitada.**

Este livro identifica-se com o mecanismo de preço ou economia de mercado (capitalismo) por acreditar ser o sistema mais adequado para a maximização da satisfação das necessidades humanas, apesar de se saber que ele não é perfeito, ou seja, este sistema também tem suas falhas

Socialismo. A base do socialismo, como um sistema econômico, é a propriedade coletiva ou estatal dos recursos produtivos, sendo que o Estado toma as decisões. As indústrias são de propriedade da sociedade como um todo. O controle da propriedade é mantido pelo Estado (supostamente!) para o mútuo benefício da população. Isto requer a decisão centralizada pelos planejadores governamentais e limita os incentivos econômicos individuais.

O Estado socialista envolve um planejamento central de todos os esforços econômicos, com os recursos alocados de acordo com estes planos. O Estado também estabelece e administra todos os preços. A direta competição econômica é, portanto, eliminada e é o Estado que inicia novas atividade econômicas. Isto significa dizer que a liberdade econômica individual, que é uma das forças do capitalismo, é cerceada num ambiente socialista de **economia coletiva ortodoxa.**

Portanto, as três **características básicas do socialismo** são: a) a **coordenação de toda ou quase toda atividade produtiva diretamente pelo governo** (quase eliminando a liberdade econômica individual); b) a **propriedade governamental ou coletiva dos fatores de produção**, exceto os serviços humanos; e c) a **falta de incentivos** (leia-se obter lucros é quase um pecado) para a ação dos agentes econômicos. O resultado geral é há uma baixa eficiência econômica, ou seja, de um lado os fatores de produção são subutilizados, e de outro, e até como conseqüência, o atendimento do nível de bem-estar social é muito baixo. Como a propriedade dos recursos econômicos não é a fonte de renda individual, o trabalho é considerado o criador de todas as coisas que têm valor, ou seja, todo o produto da atividade econômica deve ir para a classe trabalhadora.

A ex-União Soviética (cujo fim ocorreu em 1991 com a formação de 15 repúblicas independentes), os países do Leste Europeu e a China têm sido típicas economias centralmente planejadas, com o Estado sendo o proprietário dos recursos produtivos e o comandante das ações econômicas. Nesses países, os vários segmentos estatais são ainda responsáveis pela quase totalidade do valor bruto da produção industrial. Por exemplo, a participação do produto agregado gerado por empresas estatais em países como a Tcheco-Eslováquia, a Alemanha Oriental e União Soviética era superior a 90 %, no final dos anos 80, enquanto na China era de 66 %. Ainda na China, no início de 1980, 78 % do total de pessoas empregadas eram em empresas estatais.

Praticamente todas as terras são de propriedade do Estado, sendo que, no caso da ex-URSS, aproximadamente um quarto de toda a área cultivada pertencem a “fazendas do Estado” (*sovkozoes*), enquanto outros três quartos são alocados em “fazendas coletivas” (*kolkhozoes*) sobre as quais o Estado tem completo controle. Além disso, o governo teve, por muitos anos, à sua disposição, nacionalizados os bancos e o sistema de transporte, o monopólio do comércio internacional e o comércio atacadista doméstico, e mais de 90 por cento das vendas no varejo. Nos últimos anos, contudo, tem havido grandes mudanças, como

por exemplo, em 1996, o comércio exterior da Rússia experimentou uma considerável liberalização, depois que o governo abriu mão de quase todo o controle direto das exportações e importações. A tendência é a de que esses Estados mantenham cada vez menos controle sobre os fatores de produção e sobre as decisões de produção, pois eles já se conscientizaram de que o setor privado pode fazer melhor.

No caso da URSS, pode-se dizer que as bases institucionais da economia coletiva ortodoxa (de comando central) começaram a mudar com a **glasnost** (abertura política) e a **perestroika** (reestruturação econômica) promovidas por Mikhail Gorbatchev, nos anos 80. Grandes mudanças vem ocorrendo na China, desde os anos 80, a ponto de atualmente mais da metade do número de empresas já estão nas mãos do setor privado (e *joint-ventures*), as quais são responsáveis por mais de 40 % do valor bruto da produção chinesa. Na verdade, todos os países de economias ortodoxas de comando central, ao perceberem a baixa eficiência econômica de seus sistemas (ineficiência decorrente da burocratização), estão gradativamente indo na direção da economia de mercado, ou seja, o **socialismo de mercado**.

Sistemas econômicos mistos. Como sistema econômico misto pode-se entender o socialismo de mercado ou a **economia social de mercado**. A maioria das economias do mundo podem ser classificadas como mistas, ou seja, uma combinação das características tanto do capitalismo como do socialismo. Por exemplo, os Estados Unidos são considerados quase como o extremo do capitalismo, mas o governo norte-americano orienta a produção em muitas indústrias, e as regulamentações governamentais existem em quase todos os setores da economia. Subsídios e concessões são utilizados para incentivar ou desestimular a produção de bens e serviços específicos. No todo, contudo, o sistema americano é essencialmente capitalista, existindo o mínimo de empresas públicas.

Elementos de capitalismo são também encontrados em sistemas socialistas. A Inglaterra já foi uma economia bastante socialista, mas teve muitas empresas de grande porte nacionalizadas, a partir dos anos 70. O Estado possuía a maior parte da indústria de carvão e de aço e as empresas de transporte público, eletricidade e gás. Por outro lado, o proprietário privado sempre existiu e a quase totalidade dos pequenos negócios sempre foi conduzida e controlada pelos indivíduos. A Suécia, o Japão e a França estiveram na lista dos exemplos clássicos de economia mista também conhecida como socialismo liberal ou social capitalismo. Nestes países, a quase totalidade dos recursos produtivos são de propriedade privada. Contudo, o planejamento centralizado tiveram um papel relativamente importante. Especificamente, na Suécia havia as previsões dos planos quinquenais, que eram úteis para a tomada de decisão dos empresários. Na França, o plano funcionava apenas como um bom indicativo, o que significa que era menos coercivo do que o planejamento soviético mas mais efetivo do que os planos da Suécia, Japão ou Inglaterra. O objetivo do planejamento francês é servir de guia para auxiliar os setores públicos e privados da economia.

No Brasil, o setor público passou a ser denunciado cada vez com maior frequência e intensidade, como consumidor de recursos escassos e operando em níveis de baixa eficiência. Os constantes déficits públicos e a elevada dívida pública interna são considerados como principal responsável pelos altos juros, os quais são o principal responsável pelo baixo crescimento da economia brasileira (ao redor de 3 % ao ano) e pelo elevado nível de desemprego (em torno de 7 % da população economicamente ativa). As reformas da Previdência, Administrativa, Tributária e Patrimonial (leia-se a privatização), em andamento, devem contribuir para o maior controle do Estado e maior equilíbrio das contas públicas. Já há atualmente consenso de que é preciso que o Estado assuma sua função típica, deixando de ser empresário e cuidando das áreas de saúde, educação e segurança.

A economia social de mercado tem como preocupação possibilitar que todas as classes tenham acesso a todos os mercados (por exemplo, para mercados onde se exige maior poder de compra, como os automóveis, os mais pobres têm acesso porque há modelos mais simples), além de facilitar o amplo acesso às necessidades básicas.

1.2.2 - Funções de um Sistema Econômico

Independente do tipo de sistema econômico e das tradições culturais e políticas, qualquer

economia, ao alocar os recursos escassos, deve considerar cinco questões (problemas) fundamentais (que se constituem nas **funções de um sistema econômico**):

a) **“O que produzir”**

Uma vez que os recursos são escassos, nenhuma economia pode produzir todas as quantidades de todos os produtos como desejado por todos os membros da sociedade. Uma maior produção de um produto normalmente significa menos de outro (s) produto (s). Portanto, cada sociedade deve escolher exatamente quais os bens e serviços a serem produzidos. Em essência, essa escolha é feita pelos consumidores, quando despendem suas rendas, através dos preços que eles estão dispostos a pagar pelos produtos. Quanto mais acentuado o desejo por certos bens, maiores os preços. As empresas, por sua vez, produzirão aqueles bens que possibilitem maiores lucros.

b) **“Como produzir”**

Esta segunda questão trata da combinação apropriada dos fatores produtivos para a obtenção de um certo nível de produção ao menor custo disponível (ou um máximo de produção com dado nível de custo). Os preços dos fatores têm um papel fundamental neste processo, ao indicarem quais os recursos mais escassos (porque o preço de um fator normalmente reflete a sua relativa escassez), e, portanto, quais fatores devem ser economizados. O “como produzir” envolve problemas de seleção de combinação de recursos e de técnicas a serem empregadas no processo produtivo. A escolha das técnicas, por sua vez, depende dos preços relativos dos recursos e do nível de produção.

c) **“Quanto produzir”**

Este é um problema que o empresário resolve com base no preço do produto e nos custos de produção, uma vez que ele escolhe o nível de produção que maximiza o lucro. Se a indústria não está produzindo quantidades suficientes, o preço do produto se elevará. Assim as firmas existentes produzirão mais, e/ou novas firmas entrarão no mercado. Por outro lado, se há um excesso de oferta, os preços tenderão a cair, sinalizando que as firmas devem reduzir a produção.

d) **“Para quem produzir”**

Esta é uma questão que diz respeito à **distribuição do produto**, a qual depende o nível e a distribuição da renda pessoal. Quanto maior a renda de um indivíduo (a qual depende da quantidade e dos preços dos recursos que possui e emprega no processo produtivo), maior a parcela de produto da economia que ele pode adquirir.

e) **“O que reservar para as futuras gerações”**

Este é um problema de manutenção e ampliação da capacidade produtiva da economia. Isto implica não só conservar intacta a força produtiva através de uma provisão para depreciação, como também aumentar a quantidade dos recursos da economia e melhorar as técnicas de produção.

Estas questões situam-se em três diferentes níveis. No nível **econômico** decide-se sobre “o que e quanto produzir” e “o que reservar às futuras gerações”. No nível **tecnológico**, sobre “como produzir”, e no **social**, sobre “para quem produzir”, ou seja, sobre “como repartir” o produto.

1.2.3 - Organização de um Sistema Econômico Capitalista

O que se pretende nesta seção (e também no próximo capítulo) é examinar a economia como um todo, uma vez que, a partir do capítulo III, a análise será em pormenores (microeconomia). Parte-se de um modelo “simplificado” de um sistema econômico de empresa privada e depois incorpora-se num outro modelo “mais completo”.

Um Modelo Simplificado

A organização de um sistema econômico pode ser melhor visualizada através de um modelo

simples de uma economia de mercado, sem considerar as relações como exterior (economia fechada) e a participação do governo, conforme mostra a Figura 1.2.

As duas principais unidades econômicas envolvidas num sistema econômico de livre empresa são as **famílias** e as **empresas**.

As **famílias** englobam todas as pessoas e unidades familiares da economia e são, na realidade, os consumidores dos bens e serviços produzidos na economia.

As **empresas**, por outro lado, são os atores econômicos que produzem os bens e serviços de uma nação. Para realizar este processo, elas devem comprar ou alugar os recursos econômicos. As empresas são constituídas por proprietários individuais, corporações, cooperativas, enfim, por sociedades, em todos os níveis do processo produtivo. As famílias e as empresas interagem em **dois tipos de mercados**: o mercado de **bens de consumo e serviços (BS)**, e o mercado de **recursos ou fatores de produção (R)**. Portanto, as famílias, as empresas e esses dois mercados compõem uma economia de livre empresa e formam o centro em torno do qual se desenvolve a economia.

Um diagrama de **fluxo circular** é usado para ilustrar como as famílias e as empresas interagem numa economia (figura 1.2). A **metade superior** do diagrama mostra o **fluxo (real)** de bens (finais) de consumo e serviços das empresas para os consumidores e um **fluxo** oposto (**monetário**) de moeda dos consumidores para as empresas. Os preços dos bens e serviços interligam os dois fluxos, ou seja, o mercado de produtos para bens e serviços estabelece preços que regulam a quantidade e qualidade de bens produzidos e consumidos. O valor do fluxo real (que é a **receita** auferida pelas empresas pela venda dos produtos) deve ser igual ao valor do fluxo monetário (que se constitui no **custo de vida** dos consumidores).

A **metade inferior** do diagrama de fluxo circular mostra o movimento de recursos econômicos (terra, trabalho e capital) das famílias para as empresas (**fluxo real**), que interagem no mercado de recursos. O **fluxo** oposto (**monetário**) ocorre quando as empresas pagam as famílias pelo uso dos recursos na forma de: salários (do trabalho), dividendos, juros e lucros (do capital) e aluguel (da terra e dos imóveis). Este mercado determina os preços dos fatores que regulam o fluxo de recursos das famílias para as empresas. Em termos monetários, os dois fluxos também se igualam, ou seja, o valor do fluxo real (que é a **renda** auferida pelos consumidores pela venda de seus recursos) é igual ao valor do fluxo monetário (que representa o **custo de produção** para as empresas).

As transações entre famílias e empresas são limitadas pela escassez. Os consumidores têm rendas limitadas, mas desejos ilimitados. As empresas têm restrições na produção, devido aos recursos limitados para produzir os bens e serviços.

Para uma economia estacionária (que não se contrai e nem cresce), os fluxos monetários de ambas as metades se equivalem, uma vez que, nesse caso, o valor agregado dos bens de consumo e serviços é igual ao valor agregado dos recursos. Isto significa que tanto os consumidores gastam toda a sua renda (não há poupança) como as empresas gastam toda sua receita com os proprietários dos recursos (não há poupança) e, portanto, o investimento líquido é zero.

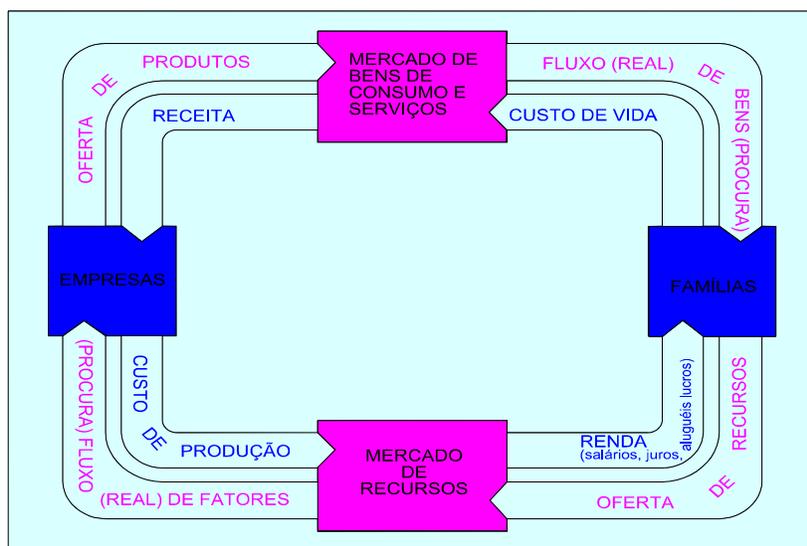


Figura 1.2 - Fluxo Circular Mostrando a Interação entre Famílias e Empresas, num Modelo Econômico Simplificado.

Uma síntese de todos estes movimentos ou fluxos com suas respectivas características pode ser também evidenciada nas informações do quadro 1.1.

Quadro 1.1 - Características dos Fluxos Real e Monetário entre Famílias e Empresas nos Mercados de Produtos e de Fatores.

ATIVIDADE	MERCADO DE BENS E SERVIÇOS	MERCADO DE RECURSOS
FLUXO REAL	Produtos das empresas para satisfazer as necessidades dos consumidores em: - Básicas: Alimentação; Habitação; Vestuário e Saúde. - Secundárias: Educação; Transporte; Comunicação; cultura; Segurança Social; Esporte; Previdência Social; Lazer.	Os principais fatores de produção são: - Recursos naturais - Recursos humanos - Capital - Capacidade Empresarial - Capacidade Tecnológica
FLUXO MONETÁRIO	As Famílias transferem parte de suas rendas as empresas ao adquirirem seus produtos.	As empresas remuneram as famílias pelo uso dos recursos, através de: - Salários - Juros - Aluguéis - Lucros - Dividendos
OFERTA	Exercida pelas Empresas	Exercida pelas Famílias
DEMANDA OU PROCURA	Exercida pelas Famílias	Exercida pelas Empresas
INTERAÇÃO	Através dos preços dos produtos	Através dos preços dos recursos

Um Modelo Mais Completo

O modelo apresentado na Figura 1.2 não incluiu as relações com o exterior, nem a participação do governo e nem os mercados: de capitais, financeiro e de bens de capital, o que pode ser visualizado na figura 1.3, cujo diagrama representa um **sistema econômico mais completo** de uma economia de

mercado. Neste modelo tem-se as grandes unidades econômicas (as famílias, as empresas e o governo) que *interagem* nos **seis mercados** (de bens de consumo, de bens capital, de fatores, financeiro, de capitais e externo).

A produção das empresas segue **dois fluxos** distintos: o **fluxo de bens de consumo** (são os que satisfazem diretamente as necessidades humanas ou do governo) e o de **bens de capital** (que satisfazem indiretamente as necessidades humanas, uma vez que eles são usados na produção de bens de consumo e de novos bens de capital). Estes últimos têm dois destinos: parte vai para investimentos de reposição (necessário para repor aquelas unidades de capital que se desgastam ou se tornam obsoletas) e parte será empregada em novos empreendimentos (investimento líquido, o que implica em aumentar o estoque de capital). A soma dos investimentos de reposição e líquido forma o investimento bruto.

A **poupança** é a parcela da renda não consumida pela comunidade na satisfação de suas necessidades imediatas, ou seja, fundamentalmente é o excesso de renda global em relação ao consumo agregado da coletividade. Como fluxo, a poupança chega às empresas: ou através do mercado financeiro (rendendo juros aos poupadores), ou através do mercado de capitais, e neste caso, pode ser via compra de ações (rendendo dividendos) ou via empréstimo para atender as necessidades de capital circulante e de giro, pela emissão de debêntures (rendendo juros e correção monetária).

1.3 - ECONOMIA AGRÍCOLA

A economia agrícola pode ser definida como uma ciência social aplicada que trata da maneira que o ser humano escolhe usar o conhecimento técnico e os recursos produtivos escassos, como terra, trabalho, capital, e capacidade administrativa, para produzir alimentos e fibras e distribuí-los para consumo dos inúmeros membros da sociedade. Do mesmo modo que a economia, sua disciplina parente, a economia agrícola procura descobrir relações de causa e efeito e utiliza o método científico da teoria econômica para encontrar respostas aos problemas na agricultura.

A aplicação da teoria econômica aos problemas agrícolas vem através de um processo de paulatina aceitação. Como as raízes de uma árvore, as origens do campo atualmente conhecida como economia agrícola, se assentam em muitas direções, notadamente de duas fontes: das ciências físicas, químicas e biológicas e da ciência econômica. Os mais notáveis primeiros esforços foram feitos por agricultores e agrônomos que reconheceram que a habilidade para cultivar plantas e criar animais não era suficiente para garantir o sucesso dos fazendeiros. Os interesses científicos de algumas dessas pessoas foram direcionados para os problemas da administração da propriedade rural, com ênfase especial na seleção de empreendimentos agrícolas e pecuários, manuseio da safra, custos de produção e determinação dos tipos de fazenda mais rentáveis.

A maioria dos estudantes iniciantes provavelmente tem somente um vago conceito da economia agrícola. Para o estudante é uma “mistura” de muitas áreas. O currículo de um economista agrícola normalmente deve incluir aulas de técnicas agrícolas, ciência, estatística, matemática, administração, economia geral e ciências sociais. Os estudantes que concentram seu estudo em economia agrícola podem optar por áreas como “*agribusiness*”, administração rural, economia da produção, comercialização agrícola, política agrícola, finanças, desenvolvimento econômico, recursos naturais, abastecimento alimentar e desenvolvimento de comunidade.

A economia agrícola é uma importante área de conhecimento porque ela se preocupa com as necessidades básicas da sociedade. A produção de alimentos e fibras para todas as pessoas do mundo na forma e no tempo certo é um processo extremamente complexo. Mais de 40 por cento da população mundial ainda vive da agricultura e aproximadamente 1 bilhão de pessoas constitui uma população economicamente ativa no setor agrícola. Elas cultivam mais de 1,6 bilhão de hectares e produzem mais de 2,3 bilhões de toneladas de produtos, dos quais em torno de 1,9 bilhão de toneladas de grãos (cereais e leguminosas).

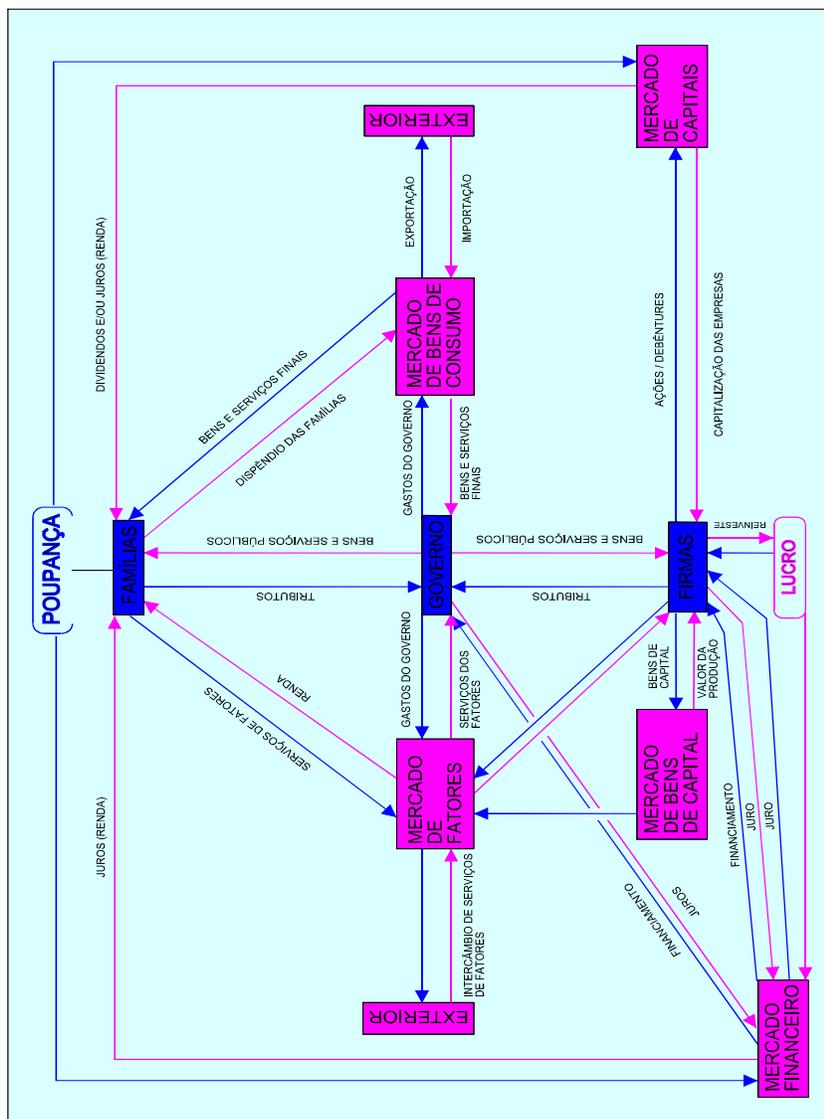


Figura 1.3 - Sistema Econômico Mostrando a Interação entre Famílias, Empresas e Governo, nos Mercados de Produtos, de Recursos, Financeiro, de Capitais e Externo.

Atualmente utiliza-se 0,3 hectare, que é a área necessária para alimentar cada habitante do globo. O mundo tem ainda disponível praticamente o dobro de solos potencialmente aproveitáveis para a agropecuária (estima-se um total de 3,2 bilhões de hectares). Isto significa dizer que, mantido o atual nível tecnológico e o consumo per capita, a população global máxima pode chegar a aproximadamente onze bilhões de seres humanos. Devido ao crescimento da população mundial e à recentemente elevada taxa de desenvolvimento econômico da China (cujas população é de 1,25 bilhão de pessoas), o aumento da produção de alimentos deverá receber cada vez maior atenção. Cabe ressaltar que o Brasil é o país com maior potencial de expansão da produção agropecuária, em especial por causa da região do Cerrado, que cobre um quarto do território brasileiro, cuja área disponível de fronteira agrícola é superior a 70 milhões de hectares.

A agricultura é uma parte integrante do sistema alimentar mundial, e a produção agropecuária é a base desse sistema. Os economistas rurais devem ter uma boa compreensão de agricultura e pecuária, devido ao seu impacto sobre a aquisição de insumos e sobre o atendimento das necessidades dos consumidores.

Para entender estas relações econômicas, o estudante deve conhecer a base física de todos os produtos agrícolas, pois cada produto tem suas próprias características. O estudante deve entender a influência do clima para poder decidir “como” e “o que” produzir. Além dos aspectos estritamente ligados ao processo produtivo, o estudante deve ter conhecimento das políticas governamentais e seus impactos sobre a produção e a distribuição de alimentos e fibras.

Finalmente, uma **recomendação ao estudante e ao leitor**: não tente memorizar nenhuma das demonstrações gráficas expostas ao longo deste livro. Se assim o fizer, você estará tornando a economia muito mais difícil. Ao invés disso, recomenda-se que você aprenda os “princípios econômicos” mostrados pelos gráficos, pois ao fazer isso você perceberá que é muito mais fácil aplicar estes princípios para um grande número de problemas do mundo real.